

Relatório¹ do Seminário *“Soberania alimentar e economia feminista para superar a divisão sexual do trabalho e a fome”*²



O Seminário *“Estratégias da economia feminista para o enfrentamento à divisão sexual do trabalho e combate à fome”*, foi realizado em Natal entre 6 e 9 de julho de 2024 e contou com a participação de 50 mulheres de 11 estados do Brasil e Distrito Federal (RS, MS, AP, SP, RJ, SC, RN, TO, MA, MG, PB).

O seminário aconteceu de forma integrada ao 3º Encontro nacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e contou com momentos de debate a partir das práticas dos movimentos, intercâmbio em uma comunidade pesqueira e organização das mulheres do Brasil no processo de construção do Fórum Nyeleni de soberania alimentar.

O momento de debate integrado ao Encontro foi coordenado por Miriam Nobre, da SOF Sempreviva Organização Feminista e da MMM São Paulo, e contou com contribuições iniciais de Lucinéia Freitas, do setor de gênero do Movimento dos trabalhadores/as Sem Terra (MST) Ivi Aliana do Centro Feminista 8 de Março - CF8, da Articulação do Semiárido Brasileiro ASA e da MMM Rio Grande do Norte, Any Moraes do coletivo Periferia Feminista e MMM Rio Grande do Sul, Neneide Lima do grupo Decididas a Vencer, Rede Xique Xique, MMM Rio Grande do Norte e da comissão de alimentação do Encontro, e Liliam Telles, do GT de mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e MMM Minas Gerais.

¹ Este relatório foi redigido pela equipe da SOF e contou com a contribuição de Alessandra Ceregatti e Sarah Luiza Moreira.

² O Seminário faz parte das atividades que compõem o projeto contemplado pelo Fomento nº954083/2023 do Ministério das Mulheres.

São militantes da MMM e de movimentos aliados envolvidas na luta pela terra, cozinha comunitária e agricultura urbana, economia solidária, tecnologias de convivência com o semiárido e agroecologia que se juntaram para responderem à seguinte provocação: *O que os aprendizados e desafios da luta apontam para a agenda da MMM no próximo período?*

As disputas pelos bens comuns

Lucinéia compartilhou que a desconexão do capital financeiro da economia real torna a terra um ativo importante nesse momento de crise do capital. A terra também é condição de acesso a outros bens comuns (água, biodiversidade).

O acesso à terra é afetado pela mineração, pelos projetos de energia e pela indústria de beleza e farmacêutica, que se apropria dos bens das florestas. O avanço do capital sobre o controle das terras se reflete em nossa luta por reforma agrária e pela demarcação das terras dos povos tradicionais.

Lucinéia também falou sobre o aprofundamento da violência e da militarização. Um exemplo é a formação de milícias rurais, como a “Invasão Zero” inspirada na União Democrática Ruralista (UDR).

“O grupo ruralista Invasão Zero se organizou na Bahia com conexões no poder legislativo e disposição para matar. Foi o que vimos com o assassinato de Fátima Muniz de Andrade (Nega Pataxó) em janeiro de 2024, com evidente contribuição da Polícia Militar. Além da ação direta, eles têm representação no Congresso e em assembleias estaduais, como se vê nos projetos de lei para permissão de despejo sem autorização e para negar o direito a políticas públicas para quem reside em ocupação ou luta pelo direito à terra e à moradia. As pessoas ocupam porque precisam de vida e trabalho. A criminalização das lutas serve para manter a ordem do capital”, apontou Lucinéia. Outra vertente da militarização é a expansão do tráfico no interior, o que aumenta a violência e o controle sobre as comunidades e a exploração da natureza.

Reforma agrária popular e soberania tecnológica

O MST debate a reforma agrária popular no caminho da revolução, porque é uma ação que demanda grande enfrentamento. Não adianta só resolver o acesso das famílias à terra. É preciso abrir possibilidades de reconstrução do processo produtivo e das relações sociais, reorganizando as relações sociais baseadas no sexo, raça e trabalho, assim como delas com a natureza.

Ivi compartilhou que o que nos sustenta e garante que a vida aconteça é o trabalho dentro e fora de casa. Ele funciona melhor quando é realizado coletivamente.

“As tecnologias populares de convivências com o semiárido têm o desafio de desconstruir a imagem do Nordeste como lugar de pobreza, terra rachada e morte de animais. Por muitos anos, a seca expulsou e degradou a vida de muitas pessoas. Mas

os povos reconstruíram sua história pela convivência com o semiárido. Tecnologia não é só celular, é o que construímos para desenvolver uma atividade”, definiu Ivi.

As mulheres desenvolveram muitas alternativas com seu trabalho nos roçados e quintais. São tecnologias populares de irrigação, canteiro escoando água, água que vai da pia para irrigar as plantas. Antes, muitas mulheres só conseguiam cultivar flor do deserto. Agora, têm mais produção de alimentos e estão construindo soberania alimentar nas comunidades. A tecnologia de cisternas para captar água de chuva foi pensada a partir da experiência das mulheres que colocam balde na bica para aparar águas. Com a crise e a injustiça climática, precisamos estar atentas a fortalecer ações que favorecem os territórios, as mulheres e as populações do semiárido. É preciso ampliar o acesso a tecnologias de captação e reuso de água.

O Nordeste que antes era renegado, hoje, é um território que as corporações transnacionais buscam ocupar com energia solar, eólica, mineração e grandes empreendimentos. Isso provoca perda dos territórios e de áreas de produção de alimentos, ameaçando a soberania alimentar. Nosso desafio é manter e fortalecer a resistência na defesa do semiárido e da vida das mulheres.

Agroecologia e economia solidária como enfrentamento e organização das lutas

Já Any compartilhou a experiência da horta comunitária no Morro da Cruz, periferia de Porto Alegre. Na pandemia, elas ocuparam um espaço público no bairro que acumulava lixo para fazer a horta. “Nos encontrávamos para a entrega de alimentos, máscaras e produtos de higiene e aproveitamos os encontros para debater sobre a conjuntura, a fome e a insegurança alimentar”, explicou.

Para evitar a apropriação e ocultamento do trabalho das mulheres, se organizaram como feministas. Assim, a horta se consolidou como espaço de auto-organização das mulheres para falar sobre a vida, suas dores e a ausência de direitos. Foi organizada também uma cozinha comunitária com a produção de alimentos saudáveis e segurança alimentar. Durante as inundações de 2024, a cozinha abriu, ampliou muito a quantidade de refeições servidas e tornou-se uma referência, um espaço seguro de acolhimento e busca por direitos.

Cozinhas e hortas podem ser espaços de encontro e fortalecimento das mulheres, onde elas podem construir saídas para situações de violência. Várias mulheres evangélicas, que podem estar em outros espaços e em contato com discursos conservadores e de direita, participam da horta e se identificam com os debates. Elas estão orgulhosas de construir saídas de enfrentamento à pobreza tendo acesso a alimentos, participando de feiras e conseguindo melhorar as condições de suas casas. Em três anos e meio de atuação no território, elas acompanharam transformações na comunidade e perceberam que é possível dialogar e construir outras realidades, o que é fundamental para confrontar a extrema direita.

Neneide destacou a auto-organização das mulheres na economia solidária. As mulheres se reúnem em seus quintais e suas comunidades para comer juntas, conversar, aprender. Pode ser também para produzir juntas, comercializar, dividir a

renda que seu trabalho gera. Reúnem-se na associação, no cooperativismo, em grupos informais e produzem alimentos, roupas, material de limpeza, entre tantas coisas. Existem políticas de compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, e as mulheres demandam iniciativas semelhantes para as demais coisas que produzem.

“Dizem que é uma economia pequena, mas é uma economia grande, porque gera vida. Economia solidária constrói, diferente da economia do capital que gera destruição”, explicou Neneide. A reconstrução do Rio Grande do Sul não pode ser pautada pela lógica do capital, e a economia solidária pode organizar muitos processos. “Não queremos desenvolvimento com destruição. Não somos contra energia renovável, mas contra o modelo que expulsa as pessoas dos territórios”, agregou.

A economia feminista qualifica a economia solidária. As mulheres não devem ter dupla ou tripla jornada. O trabalho deve ser compartilhado. O movimento da economia solidária precisa reconhecer a auto-organização das mulheres e as contribuições do feminismo.

Liliam afirmou que a história da agroecologia no Brasil é marcada por um feminismo radical construído pela MMM que politiza a agroecologia. A agroecologia não é só produzir sem agrotóxico. Por isso, se afirma: sem feminismo não há agroecologia! Se tem violência contra as mulheres, não é agroecologia! Se tem racismo, não tem agroecologia! Se tem LGBTfobia, não tem agroecologia!

Os desafios são muitos, mas as alternativas também

Os desafios são dialogar e envolver a juventude. É preciso fortalecer as perspectivas da juventude e suas formas de fazer agroecologia e resistir às ofensivas do capital e das empresas que querem expropriar nossos territórios e nossos corpos. Nos territórios, as mulheres se preocupam com os projetos das mineradoras — antes mesmo de construir um discurso crítico, sentem no corpo que algo está errado. Nós conectamos os territórios pelas nossas experiências. Isso se dá, por exemplo, quando entendemos as formas similares de operação das empresas em diferentes territórios, suas demandas de obras de infraestrutura e como tudo isso impacta as comunidades tradicionais.

O capital tem estratégias conectadas, mas nós nos conectamos pela reciprocidade, pela agroecologia, por tecnologias como as redes autônomas de comunicação. Precisamos ampliar as conexões campo e cidade. Quando falamos de agroecologia, falamos de todas as pessoas. No Brasil, sete litros de agrotóxicos são consumidos por ano por pessoa, o que causa adoecimentos e mortes sem que se consiga comprovar a causa. As empresas fazem pressão porque se beneficiam dos 12,9 bilhões de reais em isenções fiscais. Por isso, é preciso encampar uma campanha em defesa do Programa Nacional de Redução dos agrotóxicos (Pronara). O orçamento do governo federal em políticas e programas relevantes para as mulheres é insuficiente e convive com essa enorme isenção de impostos para agrotóxicos. A agroecologia é parte das alternativas construídas pela MMM e nosso desafio é fortalecer alianças com mulheres urbanas.

As exposições versaram sobre o acesso das mulheres à terra em contextos de pressão sobre os territórios por companhias mineradoras, agronegócio e crime organizado; tecnologias sociais de convivência com o semi-árido e agroecologia; o processamento e distribuição de alimentos, garantindo o acesso de mulheres periféricas por meio da autogestão, da comercialização solidária e de cozinhas comunitárias.

Em seguida foi realizado um cochicho com a questão: “O que é central numa agenda de luta da MMM por soberania alimentar?” Entre as participantes estavam mulheres envolvidas em experiências da economia solidária, como a AMESOL (Associação de Mulheres da Economia Solidária do Estado de São Paulo) e a RESF (Rede de Economia Solidária e Feminista), da agroecologia, como Mulheres do Turi e RAMA (Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras) e do movimento sindical, como a CONTAG, CUT e associações e sindicatos de professoras. A síntese dos debates apontou as seguintes questões:

- *Reconhecimento da contribuição e os conhecimentos das mulheres, em especial de comunidades tradicionais, na produção, no manejo da agrobiodiversidade e na defesa dos territórios.*
- *Necessidade de envolver a juventude, popularizar o acesso a alimentos agroecológicos e retomar culturas alimentares. Viva o cuscuz e a batata doce!*
- *Necessidade de fortalecer ações nos territórios e a relação entre elas, assim como aumentar a articulação entre campo e cidade, assim como entre agroecologia, economia solidária, tecnologias populares e feminismo.*

Intercâmbio e visita à Vila de Ponta Negra



O Seminário envolveu a visita à vila de Ponta Negra, no extremo sul de Natal, onde a MMM realizou ações de solidariedade e distribuição de alimentos durante a pandemia do coronavírus. A visita foi guiada por Lia Araújo, militante da MMM e liderança da comunidade que contou a história da vila de sua formação aos desafios atuais. A vila foi formada por quatro famílias negras, que se juntaram a indígenas onde ali encontraram refúgio.

Nos anos 1940 boa parte de seu território foi expropriada pela aeronáutica e pela marinha, ali instalando uma base militar estadunidense. Ainda que isolada, separada da mata e invisibilizada a comunidade resistiu e resiste, com atividade de pesca e renda de bilro. Outras atividades, como a coleta de mangaba, foram mais afetadas. Na vila continuam sendo praticados 14 folguedos populares, como bambelô, boi de reis e lapinha.

A pressão sobre o território continuou com a especulação imobiliária e grandes obras, voltadas a um turismo predatório. A questão atual é o projeto da prefeitura de ampliar a faixa de areia da praia, chamada de engorda da praia. Este projeto já realizado em

outros locais afetou correntes marítimas e movimentação dos peixes, com impactos negativos na atividade pesqueira. Além de ter alto custo, não ser durável e afetar outras praias vizinhas.

Outro problema é a atuação do crime organizado, na forma de milícias ou do tráfico de drogas, que disputam os jovens da comunidade, sendo que muitos já foram agredidos ou assassinados. Nesta violência se insere a pressão e o assassinato de lideranças comunitárias, como aconteceu com Joca Lima, pescador e produtor cultural, que Lia reverenciou como um griô. Na entrada da comunidade o rosto de Joca está pintado com a frase: “Não estamos à venda”.

Durante a pandemia, a MMM organizou a distribuição de cestas de alimentos in natura, e preferencialmente locais, como a macaxeira e o arroz vermelho. Junto com a entrega das cestas foi se organizando o acompanhamento a mulheres em situação de violência, inclusive jovens e adolescentes. Este acompanhamento continua junto com debates sobre o corpo e hipersexualização das garotas, instrumentalizada pelo turismo. A MMM também participa da luta pela regulamentação dos espaços de uso social, como o campo de futebol e luta por creche.

A MMM se enraíza na auto-organização das mulheres da comunidade, como o fortalecimento das rendeiras de bilro e das tapioqueiras. Um desdobramento destas ações foi a retomada do Conselho comunitário da Vila de Ponta Negra, uma associação criada nos anos 1980, mas que estava pouco ativa. A comunidade concorreu com uma chapa de renovação da diretoria, tendo Lia à frente, como presidente.

As participantes de outros estados, em especial aquelas que vivem em zonas consideradas turísticas, relataram desafios semelhantes, como a especulação imobiliária, a exploração do trabalho das comunidades locais e o racismo utilizado tanto para justificar a expropriação do território como da força de trabalho. Também compartilharam as táticas utilizadas pelas empresas com interesses no território para cooptar o poder público e dividir a comunidade.

A auto-organização das mulheres diretamente ligada à reprodução da vida, como suas atividades econômicas, e no enfrentamento ao machismo funciona como um esteio do conjunto da comunidade na defesa de seus territórios, modos de vida e da soberania alimentar.

Nyèleni: Fórum de soberania alimentar

Está em curso o processo preparatório para o 3º Nyèleni: Fórum mundial de soberania alimentar que acontecerá na Índia, em 2026. A MMM Brasil tem sido representada por Sarah Luiza Moreira e Indyra Monteiro no processo preparatório latino-americano e caribenho e no GT Soberania Alimentar da MMM internacional.

Este momento do seminário aconteceu no Mercado da Agricultura Familiar, de modo a que as participantes conhecessem mais um espaço do território da soberania alimentar em Natal. Contou com a presença da coordenadora internacional da MMM, Yildiz Temürtürkan, e movimentos aliados como CONTAG e MST. Iniciamos resgatando o processo Nyèleni e a participação da MMM dentro dele.

O primeiro Nyèleni aconteceu em 2007 no Mali. A Via Campesina protagonizou o processo com a avaliação de que o princípio de soberania alimentar, proposto pela organização, sendo adotado por instituições multilaterais como a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) era uma conquista a ser comemorada, mas um desafio para que não fosse apropriado de forma seletiva, esvaziando seu conteúdo político e de enfrentamento à ordem estabelecida.

Desta forma convidou a se somar ao processo movimentos com os quais se encontravam na luta contra a globalização neoliberal, como nós da MMM. A MMM contribuiu para o protagonismo das mulheres neste primeiro Nyéleni. Em suas conclusões foi destacada a contribuição das mulheres para a produção de alimentos, não só pela quantidade de alimentos que elas produzem, mas também pelos conhecimentos que detém. Ainda que vivam inúmeros impedimentos derivados da ordem capitalista, colonialista e patriarcal para acederem a terra, água, sementes.

Outro ponto foi a necessidade de superar a responsabilização individual das mulheres no interior das famílias pelo trabalho doméstico de preparo dos alimentos fortalecendo a responsabilidade conjunta de todos os que convivem, a produção coletiva- comunitária e a participação do Estado. Nyéleni foi organizado de modo a que sua infraestrutura e funcionamento se aproximassem da sociedade que queremos. A MMM do Mali na coordenação de Nana Aicha Cissé garantiu que a alimentação fosse preparada por grupos locais de mulheres, com ingredientes e receitas locais e assegurando o bem-estar das mais de 500 pessoas participantes.

O segundo Nyèleni realizado também no Mali em 2015 teve como centro a agroecologia e foi coordenado pelo CIP – Comitê internacional de planejamento para a Soberania Alimentar. A MMM contou com uma delegação, mas esteve menos envolvida na coordenação geral do processo. Nos anos seguintes a MMM ampliou sua participação no CIP e no Mecanismo da Sociedade Civil do Conselho de Segurança Alimentar (MSC/CSA) da FAO, tendo coordenado o setor de mulheres por duas vezes. Acompanham estes processos militantes da MMM do Brasil, Chile, Guatemala, Quênia, Mali, Tunísia, Galícia, Geórgia, Turquia, Índia e Filipinas.

Em 2021 a ONU realizou a Cúpula de Sistemas Alimentares, na qual se institucionalizou a participação das múltiplas partes interessadas, termo bastante utilizado em inglês que é multi *stakeholders*. Desta forma as corporações transnacionais atuam diretamente ou por meio de suas fundações, como o mesmo peso que um Estado nacional.

Na prática ocorre uma institucionalização do lobby e as corporações acabam tendo mais peso do que muitos Estados nacionais porque tem muito mais recursos para atuar nos processos multilaterais. Exemplo disto é a atuação da Fundação Bill e Melinda Gates promovendo o que eles denominam “nova revolução verde” na África com implicações como a aprovação de legislações sobre sementes favoráveis aos organismos geneticamente modificados (OGM) e que criminalizam as sementes crioulas.

Frente a isto e à inoperância do sistema multilateral para lidar com a fome no mundo, agravada pela pandemia e pelas guerras o CIP propôs a realização do [3º Nyèleni](#). Esta edição será realizada na Índia no estado de Gujarat onde acontecem inúmeras

iniciativas comunitárias e governamentais de garantia da soberania alimentar ainda que o governo central da Índia vá em outra direção.

O encontro preparatório da região América Latina e Caribe aconteceu em fevereiro de 2024 no Chile. Apontou como um desafio central para a soberania alimentar o modelo extrativista, depredador da natureza e de ofensiva sobre os territórios onde camponeses e populações tradicionais produzem alimentos. Esta ofensiva se articula com o crime organizado e promove a criminalização das lutas sociais, como o vivido pelo povo Mapuche, no Chile. [Entre as propostas está a demanda](#) por “medidas concretas que promovam a igualdade de gênero e as diversidades não heteronormativas, com uma perspectiva interseccional, e a economia feminista e o cuidado com a sustentabilidade da vida para enfrentar o machismo e o patriarcado”.

Em junho de 2024 aconteceu no Sri Lanka o [encontro regional Ásia Pacífico](#), que também destacou a questão das ofensivas violentas sobre os territórios e das guerras, em especial o genocídio em Gaza. Apontaram desafios como o mercado de carbono, falsa solução às mudanças climáticas, e que afeta a produção de alimentos e os produtos alimentícios ultraprocessados, falsa solução à sobrecarga das mulheres no trabalho doméstico e de cuidados. Ambos ampliam o controle das corporações transnacionais sobre os territórios, a saúde das pessoas e da natureza.

Nos debates que se seguiram as participantes consideraram que o processo de Nyéleni ainda não percolou no conjunto dos movimentos, mesmo naqueles que estão em sua coordenação. O momento de encontro na Índia envolverá poucas participantes de cada país e movimento.

A questão é como nos localizar neste processo para fortalecer a ação conjunta de luta por soberania alimentar envolvendo diferentes movimentos no Brasil e vários países na MMM internacional. A proposta é pensar de forma articulada com a 6ª Ação internacional da MMM que acontecerá em 2025 e situá-la nos desafios já apontados pelos debates realizados nas seções anteriores do seminário, como a defesa da diversidade na produção de alimentos e nas tecnologias utilizadas para tal, a auto-organização das mulheres e a luta pela integridade de seus corpos e territórios.

Soberania alimentar e economia feminista no conjunto da MMM



Ao final do seminário as participantes avaliaram a importância de estar inseridas no Encontro nacional e em diálogo com o conjunto da MMM.

O enfrentamento à divisão sexual do trabalho e o combate à fome se dão em um contexto de precarização da vida, que se manifesta nas ofensivas sobre os territórios impedindo as condições de comunidades quilombolas, indígenas, camponesas e periféricas de reproduzir a vida. Estas ofensivas agravam violências patriarcais históricas contra as mulheres e os feminicídios se ancoram no desrespeito aos conhecimentos das populações

tradicionais, que é uma forma de racismo ambiental. É importante atuar contra a destruição e o desmatamento na Amazônia, mas esta realidade também é grave em outros biomas, como na caatinga, cerrado e pantanal.

Necessitamos construir a MMM como um movimento amplo, plural envolvendo mulheres negras, indígenas, periféricas, de sexualidades dissidentes. Para isto contamos com a formação e a comunicação para aproximar temas complexos, debates internacionais com as experiências de organização local da MMM, por meio de intercâmbios e sistematizações.

Muitas das experiências locais da MMM constroem alternativas e envolvem cuidado e acolhimento das mulheres, educação popular, agroecologia, economia solidária. Estas soluções organizadas nos territórios podem inspirar propostas nacionais e internacionais. Isto se faz em aliança nos territórios, nacional e internacional de modo a construir força de unidade no feminismo e nos setores populares fazendo frente ao ataque conservador sobre nós e nossas pautas feministas.

[As discussões realizadas foram retomadas na declaração do Encontro.](#)

“A economia feminista é nossa alternativa e estratégia. Para enfrentar a espoliação dos nossos corpos-territórios, trabalhos e modos de vida, é preciso fazer a reforma agrária popular, com produção baseada na agroecologia. As mulheres constroem alternativas concretas em seus territórios, com seus saberes, tecnologias livres e formas de comunicação popular. Hortas comunitárias, lavanderias coletivas, economia solidária e agroecologia costuram outras formas de relação entre as pessoas e a natureza. (...)Estamos em luta por soberania popular, que é composta pela soberania alimentar, energética, tecnológica e de nossos corpos.”